



History of Education in Latin America - HistELA

This work is licensed under a [Creative Commons — Attribution 4.0 International — CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

# O processo de expansão da educação secundária em Ubatã (1961-1966)

The process of expansion of secondary education in Ubatã (1961-1966)

**Danilo Moraes Lima**

Orcid: 0009-0006-9295-6924

Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil Email: dmlima.ppge@uesc.br

**Cíntia Borges de Almeida**

Orcid: 0000-0001-8084-9888

Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil Email: cbalmeida@uesc.br

**DOI:** 10.21680/2596-0113.2025v8n1ID42113

**Citação:** Lima, Danilo Moraes; Almeida, Cíntia Borges de. (2025). O processo de expansão da educação secundária em Ubatã (1961-1966), *History of Education in Latin America* - HistELA, 8(1). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/42113>

**Conflito de interesses:** Os autores declaram que não existem interesses concorrentes.

**Editora:** Olivia Moraes de Medeiros Neta

**Received:** 15/11/2025

**Approved:** 27/12/2025

**OPEN ACCESS**

## RESUMO

A pesquisa investiga a responsabilidade do Estado brasileiro na organização do ensino entre o século XIX e início do século XX. Objetiva compreender limites e disputas político-educacionais, para a consolidação de um sistema nacional. A metodologia baseou-se em um levantamento bibliográfico e documental, com obras em História da Educação e registros da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNGE) em Ubatã, Bahia. Os resultados revelam que, persistiram desigualdades de gênero, classe e raça e tensões entre a centralização estatal e as iniciativas locais. Conclui-se que a responsabilidade estatal foi atravessada por projetos em disputa que garantiram uma escolarização mais democrática, mas mantiveram ações de exclusão social e desigualdades identitárias.

**Palavras-chave:** História da Educação. Escolarização. Políticas Educacionais. Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNGE) em Ubatã.

## Abstract

This research investigates the responsibility of the Brazilian State in the organization of education between the 19th and early 20th centuries. It aims to understand the political and educational limits and disputes in the consolidation of a national system. The methodology was based on a bibliographic and documentary survey, using works in the History of Education and records from the National Campaign for Free Schools (CNGE) in Ubatã, Bahia. The results reveal that inequalities of gender, class, and race persisted, along with tensions between state centralization and local initiatives. It concludes that state responsibility was traversed by competing projects that guaranteed a more democratic schooling, but maintained actions of social exclusion and identity inequalities.

**Keywords:** History of Education. Schooling. Educational Policies. National Campaign for Free Educational Institutions (CNGE) in Ubatã.

## Introdução

A organização do ensino no Brasil, entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX, constitui um campo privilegiado de análise para compreender a relação entre educação formal, política e sociedade. Nesse período, a institucionalização da escola foi marcada por disputas políticas e pela tentativa de centralização estatal, o que conferiu ao ensino um papel estratégico na conformação de uma identidade nacional e na reprodução de hierarquias sociais. A instrução, sobretudo a primária, foi concebida como mecanismo de moralização e controle social, sendo majoritariamente restrita à população livre, enquanto mulheres, pobres e escravizados eram sistematicamente excluídos do processo escolar. O projeto da escola pública primária, com vistas a disciplinar e “dar civilidade” às campadas pobres, defendia o discurso higienista, nacionalista e assistencialista para a formação deste grupo social.

O problema de pesquisa que orienta este estudo parte da indagação sobre o modo que o Estado brasileiro assumiu sua responsabilidade na organização da educação secundária nesse período histórico. Ao mesmo tempo em que se promulgavam leis e diretrizes que asseguravam, em teoria, a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino, a prática revelava entraves de ordem social, econômica e política que restringiam o acesso e perpetuavam desigualdades. Nesse cenário, cabe observar, via pesquisa documental, os marcos legais e institucionais em articulação com a realidade concreta das escolas, bem como os tensionamentos entre centralização estatal e iniciativas locais.

O objetivo consiste em analisar a responsabilidade do Estado na organização do ensino secundário entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX, destacando seus limites, contribuições e disputas político-educacionais, para a tentativa de estruturação de um sistema educacional nacional. Busca-se compreender de que forma a educação foi mobilizada como instrumento político e social, identificando tanto os avanços institucionais quanto as permanências excludentes que atravessaram o período. Para tanto, enfatiza o papel da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNGE).

A relevância da pesquisa reside no fato de que muitas das questões enfrentadas nesse período ainda reverberam nas políticas educacionais do tempo presente. A

seletividade do sistema educacional, a precariedade das condições estruturais e as tensões entre o dever estatal e a participação de iniciativas particulares civis na organização e na oferta do ensino, permanecem como desafios da escolarização brasileira na atualidade. Assim, a compreensão desse processo histórico traz contribuições para o campo da História da Educação, mas também ilumina debates atuais sobre políticas públicas, cidadania e a efetivação do direito à educação.

## **Metodologia**

A presente pesquisa fundamenta-se em um levantamento bibliográfico e documental, com enfoque qualitativo. O caráter bibliográfico foi necessário para construir o referencial teórico acerca da organização do ensino secundário no Brasil entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX, privilegiando obras de autores que discutem a formação do sistema educacional, as disputas políticas em torno da escolarização e a responsabilidade do Estado nesse processo. Para o procedimento de análise documental, em uma perspectiva histórica, foram consultadas fontes como atas, relatórios institucionais e registros do setor local da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNGE) em Ubatã, Bahia, referentes ao período de 1961 a 1966. Debruçar sobre tais documentos permite entender a experiência escolar, os discursos e os significados atribuídos à implantação e funcionamento do Ginásio de Ubatã, articulando-os às diretrizes mais amplas do Estado brasileiro para a educação.

## **Resultados**

### **A formação do sistema educacional brasileiro**

O processo de formação do sistema educacional brasileiro esteve marcado por enfrentamentos entre projetos político-educacionais desde o século XIX. Gondra e Schueler (2008) apontam que a constituição desse sistema esteve intimamente associada às lutas políticas que buscavam consolidar o poder central em um país de dimensões continentais e de profundas desigualdades regionais. Nesse contexto, a educação assumiu a função de disciplinar a população e, ao mesmo tempo, legitimar o Estado como regulador da vida social. O acesso à escola, no entanto, foi marcado por restrições e seletividade, o que evidenciava que o discurso de modernização não se convertia em práticas de inclusão efetiva.

A Constituição de 1824 e a Lei Geral de Ensino de 1827 representam, segundo Gondra e Schueler (2008), momentos centrais desse processo. Ambas procuraram estruturar a instrução primária como um direito, embora tal direito se voltasse, em determinadas circunstâncias e/ou espaços específicos, a parcelas restritas da população, muitas vezes excluindo escravizados, pobres e grupos marginalizados. Não se trata aqui de afirmar a ausência total desses sujeitos na educação, mas de evidenciar que houve tentativas de apagamento, exclusões e invisibilização no processo de escolarização, inclusive nas representações presentes nos documentos e na materialidade escolar (BARROS; CUNHA, 2021).

Predominantemente, a legislação, ainda que importante como marco inicial, refletiu a ideologia conservadora da época, priorizando a moralização e a manutenção da ordem social em detrimento da democratização da educação, especialmente quando se pensa na oferta da instrução pública para as classes populares e para grupos sociais considerados minorias. Assim, a escola se configurou, em um primeiro

momento da organização do ensino público, mais como um espaço de controle do que de emancipação.

Sousa e Mendes (2024) reforçam a perspectiva da dualidade educacional ao destacar que a tentativa criação de um sistema educacional: de um lado, o discurso de progresso e cidadania, e de outro, a persistência da exclusão social. Para os autores, o Estado brasileiro consolidou-se como regulador da educação, mas sem capacidade efetiva de ampliar o acesso de maneira equânime. Esse processo produziu uma escola pública frágil, permeada por limitações orçamentárias e estruturais, incapaz de responder às demandas sociais crescentes em um país em transformação.

A centralização do poder, conforme analisado por Gondra e Schueler (2008), reforçou ainda mais a desigualdade. Ao mesmo tempo em que se buscava criar normas nacionais para o ensino, as diferenças regionais e a precariedade das condições locais limitavam a implementação das políticas educacionais. Essa discrepância entre norma e prática refletiu a distância entre o projeto idealizado de modernização e a realidade de um país que ainda excluía grande parte de sua população dos processos formais de escolarização.

Sousa e Mendes (2024) acrescentam que essa formação inicial do sistema educacional deixou marcas estruturais que se perpetuaram nas décadas seguintes. As deficiências na infraestrutura escolar, a falta de professores qualificados e a ausência de políticas de inclusão produziram uma trajetória em que o avanço do ensino foi mais discursivo do que real. A educação era tratada como símbolo de modernidade, mas sem compromisso com a efetiva universalização. Os aspectos sinalizados foram os principais desafios enfrentados pelas gerações posteriores.

Os resultados dessa análise permitem compreender que a formação do sistema educacional brasileiro foi um processo ambíguo. Enquanto Gondra e Schueler (2008) destacam as disputas políticas e ideológicas que moldaram o projeto de criação do sistema, Sousa e Mendes (2024) evidenciam os limites do Estado em universalizar o acesso. Assim, a origem excludente e seletiva da educação brasileira se tornou a base sobre a qual campanhas e movimentos pela alfabetização tentaram atuar nas décadas seguintes, buscando ocupar espaços históricos criados no século XIX a partir da relação entre público e privado estabelecida, como discute Limeira (2021).

#### **Campanhas e movimentos pela alfabetização e expansão da escolarização**

Almeida (2018) ressalta que, no início da Primeira República, o analfabetismo era percebido como um obstáculo para o desenvolvimento nacional. A instrução primária obrigatória foi defendida como solução para superar esse “mal social”, sendo a escola pública mobilizada como símbolo de progresso. No entanto, a expansão do ensino não foi responsabilidade exclusiva do Estado. Diversos atores sociais, como a imprensa, associações civis e intelectuais, atuaram na defesa da alfabetização como estratégia fundamental para a cidadania. Essa mobilização, ainda que significativa, encontrou limites práticos em uma estrutura educacional precária.

Para Almeida (2018), a defesa da escola pública como mecanismo de inclusão foi parte de um projeto republicano de modernização social. Contudo, tal projeto não conseguiu romper de forma decisiva com a exclusão educacional. A ausência de investimentos adequados, a precariedade da infraestrutura escolar e a falta de continuidade das ações comprometeram os resultados pretendidos. Dessa forma, embora houvesse discursos mobilizadores em torno da alfabetização, a prática não acompanhava o mesmo ritmo, o que gerava frustrações e desigualdades persistentes.

Schueler e Magaldi (2009) ampliam o debate ao demonstrar que as campanhas de alfabetização se consolidaram ao longo do século XX como estratégias fundamentais

do Estado brasileiro. Essas iniciativas estavam articuladas às ideias de cidadania e democracia, mas também serviam como instrumentos de legitimação política. As campanhas funcionavam como resposta às críticas de ineficiência estatal, mas muitas vezes se limitavam a ações pontuais, sem capacidade de promover mudanças estruturais duradouras.

As autoras demonstram que, embora as campanhas representassem avanços, esbarravam em limitações históricas que impediam sua plena efetividade. A falta de professores capacitados, a escassez de recursos e a ausência de planejamento de longo prazo restringiam os impactos positivos. Assim, a alfabetização era projetada como meta nacional, mas continuava distante da realidade de grande parte da população brasileira, especialmente em áreas rurais e regiões periféricas.

Almeida (2018) e Schueler e Magaldi (2009) convergem ao afirmar que as campanhas de instrução popular revelam dissonâncias entre discurso e prática. Enquanto eram anunciadas como políticas inclusivas e transformadoras, o movimento enfrentava barreiras estruturais e sociais que impediam a universalização da escolarização. O descompasso sinalizado evidencia que a educação formal no Brasil foi historicamente marcada por iniciativas simbólicas que não se sustentavam diante da realidade concreta do país.

Fundamentais para mobilizar a sociedade e fortalecer a ideia de cidadania, mas sem romper com as desigualdades estruturais herdadas do século XIX, as campanhas serviram como marcos históricos de luta pela educação popular, mas também revelaram os limites das políticas públicas quando não acompanhadas de investimentos e planejamento consistentes. Esse cenário prepara o terreno para compreender a importância de iniciativas como a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, voltada para a expansão do ensino secundário em localidades carentes.

#### A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNGE) no Brasil

Santos e Vasconcelos (2023) destacam que a CNGE, criada em 1942, representou um esforço do Estado brasileiro em ampliar o acesso ao ensino secundário, especialmente em regiões interioranas e carentes. A instalação de ginásios gratuitos buscava democratizar oportunidades educacionais em comunidades que, até então, estavam excluídas da rede formal de ensino. Essa campanha foi concebida como política de redução das desigualdades regionais, oferecendo uma alternativa de continuidade escolar para jovens que dificilmente teriam acesso a esse nível de ensino.

No entanto, a CNGE enfrentou problemas a serem considerados. De acordo com Santos e Vasconcelos (2023), os educandários sofriam com a falta de recursos financeiros, escassez de professores capacitados e infraestrutura precária. Essas fragilidades dificultavam a permanência e a qualidade do ensino oferecido, revelando a distância entre o ideal de democratização e as experiências de implementação. Apesar disso, a iniciativa conseguiu impactar positivamente comunidades locais ao oferecer, ainda que de forma limitada, acesso a uma etapa de ensino anteriormente restrita a elites urbanas.

A experiência da CNGE em municípios como Ubatã vai ao encontro dos elementos elencados. Em 1961, o setor local foi implantado, mas apenas cinco anos depois, em 1966, houve sua extinção, com a prefeitura assumindo a responsabilidade pelo educandário. Esse curto período de funcionamento torna claro a dificuldade do Estado em sustentar políticas de médio e longo prazo voltadas para a expansão da

escolarização. A descontinuidade comprometeu os ganhos obtidos, reforçando a percepção de fragilidade estrutural das políticas educacionais brasileiras.

Santos e Vasconcelos (2023) ressaltam ainda que a CNGE, apesar de seus limites, deve ser reconhecida como avanço significativo no esforço de democratizar o ensino secundário. A criação de ginásios gratuitos ampliou a possibilidade de escolarização em locais distantes dos grandes centros e fortaleceu o vínculo entre comunidades e educação. Contudo, a falta de articulação com políticas de financiamento e de formação docente impediu que a iniciativa tivesse continuidade duradoura, revelando a vulnerabilidade das campanhas diante das instabilidades políticas e econômicas do país.

Nesse sentido, a análise de Taporosky e Silveira (2023) contribui para aprofundar a compreensão sobre a fragilidade da CNGE. Ao investigarem a capacidade do Ministério Público para atuar na política educacional, as autoras mostram que a efetividade das iniciativas educacionais depende da formulação das políticas, e também de mecanismos institucionais de monitoramento e fiscalização. A ausência desses mecanismos no caso da CNGE comprometeu sua sustentabilidade, revelando como a falta de institucionalização é um fator recorrente na história da educação brasileira.

Os resultados apontam que a CNGE foi ao mesmo tempo um marco e uma demonstração de limites. Enquanto Santos e Vasconcelos (2023) destacam sua importância como política de democratização do ensino, Taporosky e Silveira (2023) chamam a atenção para a ausência de condições institucionais que garantissem sua continuidade. Dessa forma, a CNGE se insere no quadro mais amplo de políticas educacionais brasileiras, marcado por esforços significativos, assim como por descontinuidade, fragilidade estrutural e dependência de iniciativas pontuais que não se transformaram em políticas permanentes.

## Discussões

A história da educação brasileira, especialmente entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX, revela um processo de institucionalização escolar permeado por disputas políticas, interesses sociais e dissonâncias profundas entre os debates sobre a organização do ensino e as implementações dos projetos e das reformas educacionais. Como ressaltam Gondra e Schueler (2008), a organização da instrução pública esteve vinculada ao esforço de centralização estatal, tendo a educação primária como instrumento de moralização e controle social, mas restrito à população livre.

A análise das campanhas e associações educativas mostra que a expansão escolar resultou de iniciativas híbridas, envolvendo tanto o Estado quanto organizações civis e privadas. A atuação de intelectuais republicanos, sociedades literárias, campanhas de alfabetização popular e experiências locais foi decisiva para pressionar o poder público. Segundo Almeida (2018), a Primeira República reforçou esse quadro, articulando um discurso de civilização e progresso que legitimava a expansão da escolarização, mas ainda sob bases seletivas.

É nesse contexto de tensões entre dever estatal e participação civil que emerge a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNGE), criada em meados do século XX, com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino secundário em cidades do interior do país. A CNGE representou um esforço para suprir as lacunas da ação governamental, ao mesmo tempo, reproduziu a lógica de colaboração entre poder público e sociedade civil organizada.

O setor local de Ubatã foi implantado em 1961, funcionando inicialmente em caráter provisório no Grupo Escolar Juracy Magalhães, escola utilizada para reuniões e encontros da CNGE, no município. Desde o início, houve grande mobilização da comunidade, com participação de lideranças locais, cacaueiros, comerciantes e apoio dos poderes públicos municipais, que buscavam consolidar a presença do ensino secundário na cidade. Documentos do contexto em específico, como atas e relatórios do setor local, demonstram o papel relevante atribuído à CNGE como instrumento de progresso e modernização para Ubatã.

A análise dos documentos do setor local da CNGE em Ubatã permite compreender tanto os desafios quanto os significados do processo. As atas de reuniões, do ano de 1961, apontam o envolvimento de figuras políticas e religiosas, revelando a articulação entre diferentes setores sociais na criação do Ginásio de Ubatã. Nesses registros, observa-se um discurso fundador que, conforme Orlandi (2003, p. 12), “busca criar um lugar na história, produzindo sentidos de progresso e identidade coletiva”.

Na Figura 1, observamos o registro histórico da construção do prédio próprio do Ginásio de Ubatã, iniciada em 1963, sob a gestão do prefeito Hamilton Fernandes Motta (à esquerda na imagem).

**Figura 1 - Escavação do prédio do Ginásio de Ubatã**



**Fonte:** Arquivo do Colégio Estadual de Ubatã.

Ao seu lado está Ranulfo Pinheiro de Matos (à direita), comerciante e membro do Conselho Fiscal do setor local da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNGE). A fotografia mostra ambos posicionados sobre um trator Caterpillar utilizado nas obras de terraplenagem do terreno localizado na Avenida Landulfo Alves, atual sede do Colégio Estadual de Ubatã.

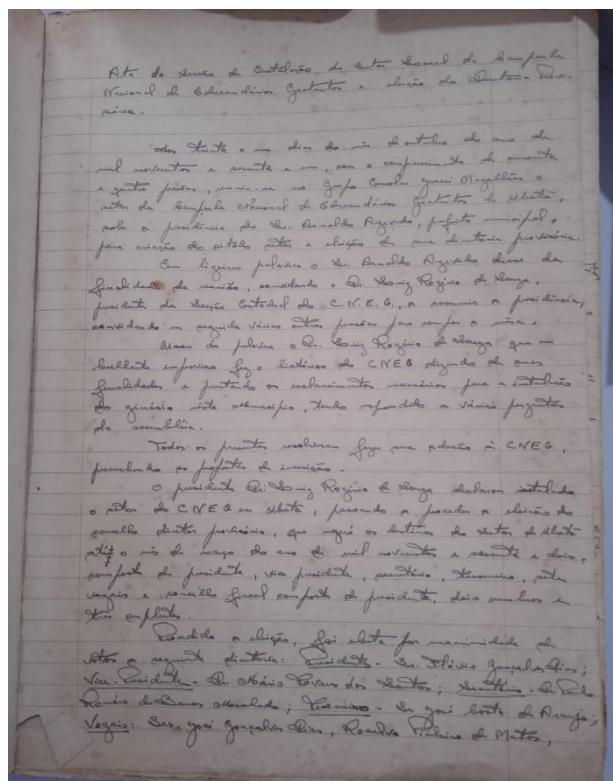
A imagem carrega forte simbolismo. Por um lado, destaca a ação do poder público, representado pelo prefeito, na condução das obras educacionais; por outro, revela a participação da sociedade civil, aqui representada por Ranulfo Pinheiro de Matos, cujo papel como comerciante e conselheiro fiscal reforça o caráter coletivo do empreendimento. O maquinário em primeiro plano também funciona como emblema de modernização, vinculando o projeto educacional ao progresso urbano e econômico da cidade.

O registro fotográfico dialoga diretamente com as exigências da CNGE, que determinava que os ginásios funcionassem em prédios próprios, e não em instalações provisórias. Como o número de alunos matriculados em Ubatã tendia a crescer desde 1962 (44 na primeira série e 28 na segunda), havia a pressão comunitária para a construção de uma sede definitiva. Assim, a fotografia documenta não apenas uma obra material, mas também um esforço coletivo de afirmação social e política da educação secundária no município.

De acordo com Santos e Vasconcelos (2023), a CNGE representava um esforço de democratização do ensino secundário, mas sua efetividade dependia do engajamento local e da capacidade de superar limitações estruturais. Nesse sentido, a foto ilustra a parceria entre Estado e sociedade civil na concretização de um projeto educacional que, embora inserido em um contexto de fragilidades institucionais, assumia um papel central na identidade coletiva de Ubatã.

A Figura 2 apresenta a ata de criação do Setor Local da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNGE) em Ubatã, datada de 1961.

**Figura 2 – Ata de Criação do Setor Local da CNGE Ubatã – Ubatã, ano de 1961.**



**Fonte:** Arquivo do Colégio Estadual de Ubatã.

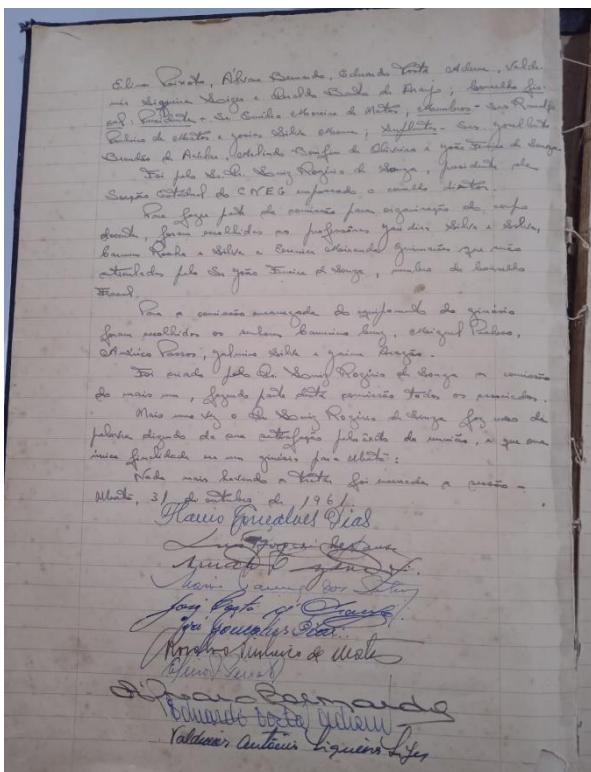
Este documento constitui um marco inaugural para o funcionamento do Ginásio de Ubatã, pois oficializa a instalação da CNGE na cidade e demonstra a formalização das práticas administrativas ligadas à escolarização secundária. A ata evidencia a mobilização de lideranças locais que participaram ativamente da fundação do educandário, revelando a importância da cooperação comunitária para viabilizar o projeto.

Do ponto de vista simbólico, a fonte expressa o discurso fundador que buscava legitimar a implantação do Ginásio como um instrumento de progresso, vinculando a escolarização à modernização da cidade. Conforme Orlandi (2003), tais registros carregam a função de "criar um lugar na história", atribuindo sentidos de pertencimento e identidade coletiva à comunidade. Assim, a ata não é apenas um

registro burocrático, mas também um texto que consagra a educação como elemento civilizatório.

A Figura 3 complementa a anterior, apresentando outra página da ata de criação do setor local da CNGE em Ubatã, também datada de 1961.

**Figura 3 - Ata de Criação do Setor Local da CNGE Ubatã – Ubatã, ano de 1961**



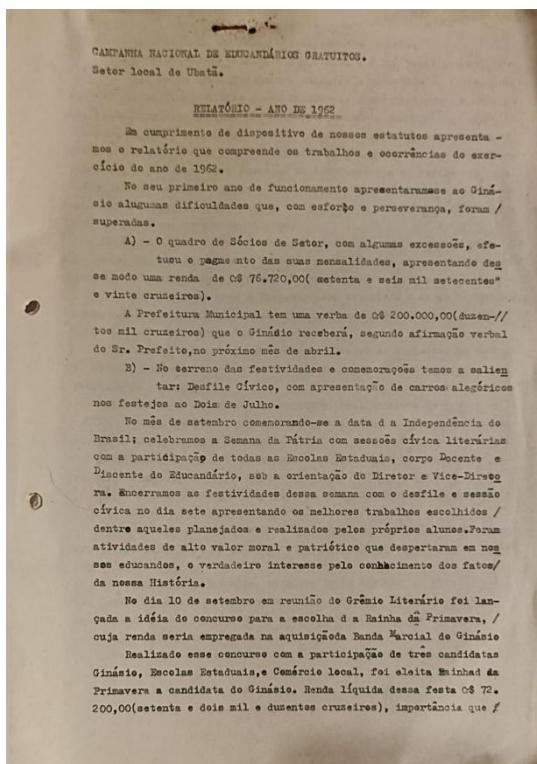
**Fonte:** Arquivo do Colégio Estadual de Ubatã.

Este registro detalha decisões administrativas e a composição de cargos, refletindo a estrutura organizacional necessária para o funcionamento do educandário. A presença de nomes e funções indica a responsabilidade compartilhada entre diferentes atores sociais, evidenciando que a gestão do Ginásio de Ubatã não foi uma tarefa exclusiva do poder público, mas sim fruto de uma articulação entre Estado e sociedade civil.

O documento também demonstra o rigor formal com que se pretendia organizar a instituição, ainda que em um contexto de limitações estruturais. Ele insere Ubatã na lógica da CNGE nacional, que, segundo Santos e Vasconcelos (2023), buscava expandir o ensino secundário para regiões até então excluídas. Nesse sentido, a ata reforça a relevância local e nacional da iniciativa, ao mesmo tempo em que revela as tensões inerentes a esse processo: a necessidade de mobilização comunitária diante das dificuldades de financiamento e da ausência de uma política educacional mais estável.

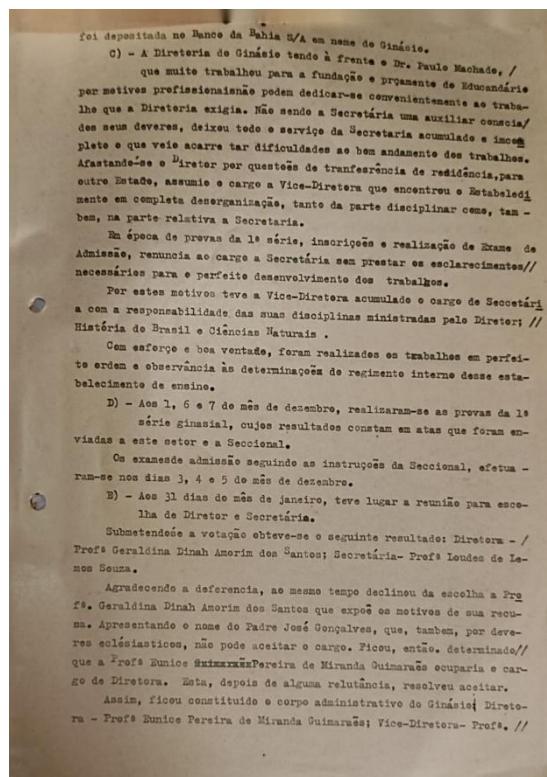
O relatório de 1962 (Figuras 4, 5, 6) evidencia as primeiras atividades do Ginásio, incluindo arrecadações financeiras, festividades cívicas e literárias, e a realização de exames de admissão. O documento mostra o esforço da comunidade para consolidar a instituição, destacando tanto as limitações administrativas quanto a valorização da escola como espaço de elevação moral e intelectual.

**Figura 4 - Relatório da CNGE – Ubatã, ano de 1962 (página 2).**



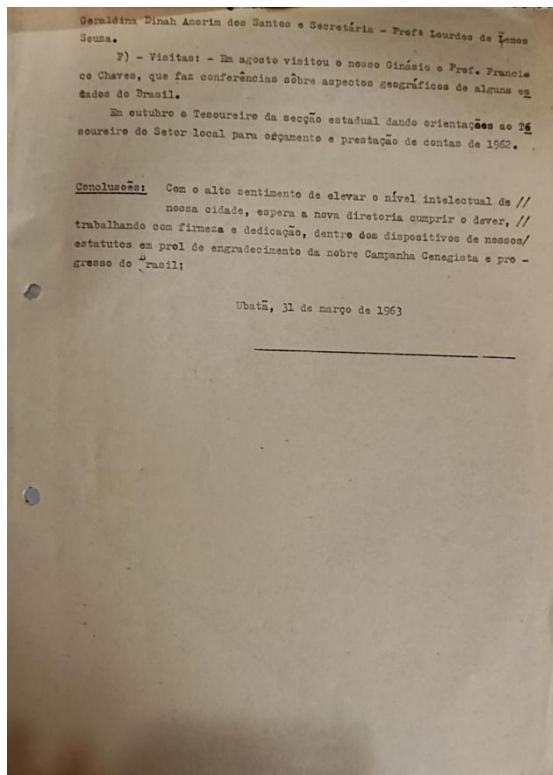
**Fonte:** Arquivo do Colégio Estadual de Ubatã.

**Figura 5 - Relatório da CNGE – Ubatã, ano de 1962 (página 3)**



**Fonte:** Arquivo do Colégio Estadual de Ubatã.

**Figura 6** - Relatório da CNGE – Ubatã, ano de 1962 (página 4).



**Fonte:** Arquivo do Colégio Estadual de Ubatã.

Em 1963, sob a gestão do prefeito Hamilton Fernandes Motta, iniciou-se a construção do prédio próprio do Ginásio, na Avenida Landulfo Alves, atual sede do Colégio Estadual de Ubatã. Esse empreendimento, que contou com o apoio de comerciantes locais como Ranulfo Pinheiro de Matos, ilustra a parceria entre poder público e sociedade civil na materialização do projeto educacional, conforme expressa a figura 1, trazendo as obras do educandário.

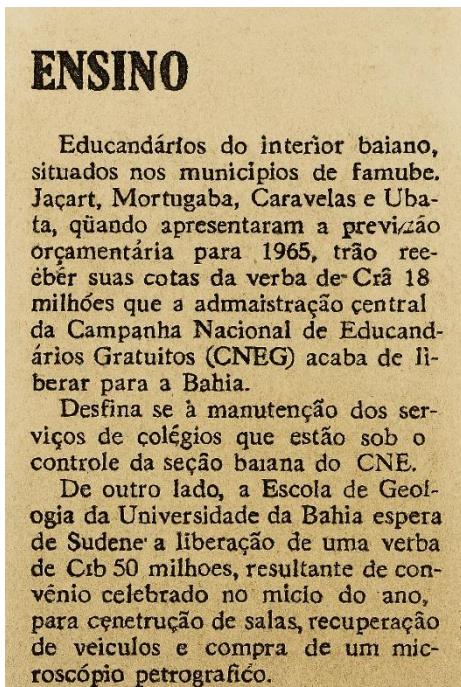
A documentação também revela visitas de autoridades, como professores que realizaram conferências e representantes estaduais que orientavam a gestão financeira, indicando a inserção de Ubatã em uma rede mais ampla de fiscalização e apoio pedagógico.

A criação do Ginásio de Ubatã representou um marco civilizatório para a cidade, consolidando a ideia de progresso vinculada ao acesso ao ensino secundário. A presença do educandário ampliou as oportunidades de escolarização para jovens locais, ao mesmo tempo em que reafirmou a centralidade do Estado e das elites políticas no processo.

Com a extinção da CNGE em Ubatã, em 1966, quando a Prefeitura assumiu a responsabilidade pelo educandário, observamos uma transição importante: o ensino secundário passou definitivamente à alcada municipal, fortalecendo o papel do poder público como garantidor da educação. Contudo, como indicam Santos e Vasconcelos (2023), essa responsabilidade exigia não apenas a manutenção do acesso, mas também a permanência e a qualidade do ensino, o que nem sempre se verificou em contextos de fragilidade administrativa.

A reportagem, publicada na edição nº 00294 do Jornal do Brasil em 13 de dezembro de 1964, destaca o financiamento destinado a educandários do interior baiano administrados pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNGE), incluindo o Ginásio de Ubatã.

**Figura 7** - Reportagem sobre o financiamento de educandários administrados pela CNGE na Bahia, incluindo o Ginásio de Ubatã. Jornal do Brasil, edição nº 00294, 13 de dezembro de 1964.



**Fonte:** Hemeroteca Digital Brasileira

O texto informa que os municípios de Inhambupe, Jacarí, Mortugaba, Caravelas e Ubatã receberiam, mediante apresentação de previsão orçamentária para 1965, parte da verba de Cr\$ 18 milhões liberada pela administração central da CNGE.

Esse documento jornalístico é significativo porque destaca a dependência dos educandários em relação ao repasse de recursos da administração central para garantir sua manutenção. O financiamento não apenas cobria despesas administrativas, mas também assegurava a continuidade dos serviços oferecidos pelas escolas vinculadas à seção baiana da CNGE. No caso de Ubatã, tal apoio era fundamental para consolidar o funcionamento do Ginásio recém-implantado e ainda em processo de estruturação física e pedagógica.

Além disso, a reportagem revela a inserção da CNGE em um contexto mais amplo de disputas e negociações por recursos federais e regionais. A menção à Escola de Geologia da Universidade da Bahia, que também aguardava repasses significativos, mostra que a educação, em diferentes níveis, dependia de uma lógica de convênios e liberações financeiras pontuais. Tal cenário reforça a percepção de fragilidade das políticas públicas educacionais, frequentemente condicionadas à disponibilidade orçamentária e às instabilidades econômicas do período.

A figura não apenas ilustra a presença do Ginásio de Ubatã no planejamento educacional baiano, mas também evidencia como o projeto local estava inserido em uma rede de dependência financeira, peculiar da CNGE, que dificultava a consolidação de políticas de longo prazo e revelava as contradições entre discurso de democratização e prática administrativa.

## Considerações Finais

Ao propor compreender limites e disputas político-educacionais no processo de expansão da escolarização secundária, o presente estudo analisou o Estado brasileiro a partir da sua responsabilidade na organização do ensino entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX, trazendo como recorte a experiência escolar na cidade de Ubatã e articulando as diretrizes legais e institucionais com sua possível implementação na criação de escolas e na organização do ensino a partir de iniciativas locais. A análise realizada permite concluir que, apesar dos avanços institucionais e da expansão do ensino secundário em um processo de interiorização do ensino público, ações promovidas pelos cofres públicos, ainda que com a interferência de iniciativas privadas, a educação formal permaneceu marcada por contradições profundas e por uma seletividade estrutural que reforçou exclusões sociais, raciais e de gênero. A responsabilidade estatal foi atravessada por projetos em disputa que garantiram uma escolarização mais democrática, mas também mantiveram ações excludentes e desigualdades identitárias.

A educação foi mobilizada como instrumento de moralização e disciplinamento social, ao mesmo tempo em que se consolidava como símbolo de progresso e modernidade. As políticas educacionais do período estudado revelam um duplo movimento: de um lado, a ampliação da escolarização como resposta às demandas sociais e políticas; de outro, a manutenção de barreiras que restringiam o acesso de grandes parcelas da população.

A pesquisa documental realizada para este estudo, com foco na Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNGE) em Ubatã reforçou essa perspectiva ao mostrar que, mesmo em meados do século XX, a democratização do ensino secundário dependia da articulação entre Estado e sociedade civil. O caso local evidencia tanto o esforço coletivo de mobilização comunitária quanto as limitações estruturais enfrentadas pela política educacional brasileira. A análise das fontes históricas, como atas, relatórios, fotografias e reportagens, permitiu compreender como essas dinâmicas se materializaram no cotidiano escolar e nas relações sociais da época, oferecendo elementos para refletir sobre permanências e desafios ainda presentes na efetivação do direito à educação no Brasil contemporâneo.

## Referências

- Almeida, Cíntia Borges de. Um paíz de poucas letras? Experiências de educabilidade, instrução obrigatória e analfabetismo na “Cidade Maravilhosa” (1900-1922). Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro: UERJ, Rio de Janeiro, 2018.
- Gondra, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. Educação, poder e sociedade no Império brasileiro. Cortez Editora, 2008.
- Jornal do Brasil. “Educandários do interior baiano...”. Edição nº 00294, 13 dez. 1964. Disponível em: Hemeroteca Digital Brasileira.
- Lopes, Antônio Pádua de Carvalho; OLIVEIRA, João Paulo Gama; AVELINO DE FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza. Diálogos sobre o Ensino Secundário: História Comparada dos estados da Bahia, Maranhão, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe (1942-1961). Cadernos De História Da Educação, 2023, v.22(Contínua), e195, p.01-19.

Orlandi, Eni Puccinelli. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2003.

Santos, Hanna Caroline de Santana; VASCONCELOS, Joilson. Políticas públicas educacionais e a responsabilidade estatal. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 2023, v.9(5), p.2649–2658.

Schueler, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*, 2009, v.13, p.32-55.

Sousa, Francisco Waldílio da Silva; MENDES, Elizânia Sousa do Nascimento. A Formação da Boa sociedade: considerações sobre o ensino secundário no Brasil Imperial (1822-1889). *Revista Acadêmica On-line*, 2024, v. 10, n. 51, p.01-09.

Taporosky, Barbara Cristina Hanauer; SILVEIRA, Adriana Aparecida Dragone. Uma análise da capacidade do Ministério Público para a atuação na política educacional. *Educação & Sociedade*, 2023, Campinas, v. 44, e268153, p.01-19.

## **Contribuição dos autores**

Danilo Morais Lima: O autor participou da concepção do trabalho, organização das ideias e elaboração do texto.

Cíntia Borges de Almeida: A autora participou da concepção do trabalho, organização das ideias e elaboração do texto.